

Inflação é o que os dois brasis têm em comum

O que separa e ao mesmo tempo une um Brasil ao outro é a inflação, que em janeiro voltou a dar novo salto. A avaliação é de economistas de diferentes correntes, como o ex-ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso e o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Sérgio Mendonça. Une e separa porque leva o governo a pôr em prática uma política repressiva que, se de um lado atrai o capital externo ávido por aplicações que as altas taxas de juros tornaram muito rentáveis, de outro acarreta ao país sérios custos financeiros e sociais.

Para o ex-ministro, o Brasil está mesmo dividido em dois, o da crise e o da transição. O motivo, afirma, é a falta de compreensão da Nova República de que o modelo de desenvolvimento adotado anteriormente estava exauri-

do. Mas veio o governo Collor, e, acredita Reis Velloso, agora a situação é diferente: o que se assiste são "manifestações de selvagerias sócio-econômicas de um país que foi bagunçado e, ao mesmo tempo, o aparecimento dos primeiros resultados de um país em busca da modernidade". Processo de busca, que, infelizmente, leva tempo para produzir efeito.

Também Sérgio Mendonça acredita que o país está vivendo em dois planos, ao mesmo tempo: pelo menos do ponto de vista empresarial. Num deles estão os trabalhadores, que perdem empregos e poder de compra. No outro, uma safra agrícola que pelo menos promete ser boa, e expectativas favoráveis por conta do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

E como juntar as duas versões de Brasil em uma só? A grande dificuldade é a alta taxa de infla-

ção e as perdas que esta impõe à sociedade de maneira geral. Para Reis Velloso, não é necessário que seja mantida a recessão atual: o Governo precisa adotar políticas compensatórias — por exemplo, estimular a construção civil, como fez com a agricultura. E também combater a ação dos oligopólios. Já Mendonça, que é totalmente contrário à atual política repressiva, entende que a alternativa está em o Executivo conseguir dialogar com a sociedade e principalmente com o Congresso. Além de adotar, de forma negociada, algum controle de preços, como a prefixação:

— Juros altos representam a própria incapacidade do Governo em dialogar com a sociedade — afirma o diretor do Dieese. — E se hoje traz efeitos diretos para o trabalhador, contamina a dívida pública que vem aí pela frente.